

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS**

**JULIA SANTOS HONORATO FONSECA**

**O DIREITO ÀS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – UMA VISÃO  
PRÁTICA E JURÍDICA DE SUA UTILIZAÇÃO**

**MURIAÉ - MG  
2023**

**O DIREITO ÀS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – UMA VISÃO  
PRÁTICA E JURÍDICA DE SUA UTILIZAÇÃO**

**JULIA SANTOS HONORATO FONSECA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Centro Universitário FAMINAS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

**Orientador: Prof. Me. Fernando Gomes Schettino**

**MURIAÉ - MG  
2023**

**O DIREITO À SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL – UMA VISÃO PRÁTICA E  
JURÍDICA DE SUA UTILIZAÇÃO**

**JULIA SANTOS HONORATO FONSECA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca examinadora do  
Centro Universitário FAMINAS, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

**Orientador: Prof. Me. Fernando Gomes  
Schettino**

**APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.**

**Comissão examinadora:**

---

Orientador: Fernando Gomes Schettino

---

---

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor dos meus dias, meu guia, socorro bem presente na hora da angústia e à minha amada família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, por ter me feito forte, e por me fazer acreditar tanto no meu sonho, que apesar de todas as dificuldades, a Fé e a perseverança nunca faltaram ao longo do caminho.

Agradeço ao meu esposo, meus pais e minha família, pelo apoio constante e toda dedicação em contribuir para que eu pudesse conquistar esse sonho.

A todos os professores que fizeram parte da minha graduação e por todo saber que me foi transmitido.

*"Para entender o que o outro diz, não basta entender suas palavras, mas também seu pensamento e suas motivações."  
(Lev Vygotsky)*

## RESUMO

O presente trabalho aborda como tema principal “O direito à sala de recurso multifuncional – uma visão prática e jurídica de sua utilização”, onde foram realizadas observações em duas Salas de Recursos Multifuncionais, que é o ambiente em que este atendimento pedagógico especializado se consolida. Esta pesquisa tem por objetivo investigar como se deu o processo de implementação das salas de recurso, os direitos que envolvem tais salas, como funcionam as salas de recurso multifuncional, como são utilizadas as tecnologias como recurso de apoio ao ensino no atendimento especializado realizado no espaço das Salas de Recursos e como essas tecnologias têm auxiliado alunos e professores no processo de ensino aprendizagem. O presente trabalho buscou apoiar-se em alguns estudos já concebidos que abordam o direito das crianças com necessidades especiais, o caminho jurídico percorrido para se materializar os direitos destas crianças, a consolidação desses direitos por meio das salas de recurso multifuncional e a utilização de tecnologias como prática pedagógica, tendo auxiliado na construção e difusão de conhecimentos sobre a temática, visando conhecer a utilização dessas tecnologias no processo de ensino aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, assim como entrevistas com profissionais da área buscando compreender como ocorre a organização da sala, a rotina de trabalho, o apoio dos pais das crianças atendidas e o suporte do poder público. A Sala de Recurso Multifuncional atende a um público-alvo bastante diverso, que inclui alunos com necessidades educacionais especiais únicas e a sala de recursos multifuncionais é projetada para atender a essas necessidades. Com recursos e professores especializados, esse ambiente pode ajudar esses alunos a se desenvolverem academicamente e socialmente e alcançarem todo o seu potencial. De acordo com as entrevistas, a Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal Gilberto Tânus Braz, tem sido um espaço efetivo de apoio e desenvolvimento para as crianças atendidas. A organização da sala, a utilização da tecnologia, o apoio dos pais e o comprometimento da equipe demonstram o empenho da escola em proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-Chave: Direitos; Sala de recursos multifuncionais; Tecnologias; Educação inclusiva.

## **ABSTRACT**

This work addresses the main theme “The right to multifunctional resource rooms – a practical and legal view of their use”, where observations were made in two Multifunctional Resource Rooms, which is the environment in which this specialized pedagogical service is consolidated. This research aims to investigate how the process of implementing resource rooms took place, the rights involving such rooms, how multifunctional resource rooms work, how technologies are used as a resource to support teaching in specialized care provided in the space. Resource Rooms and how these technologies help students and teachers in the teaching-learning process. This work sought to rely on some studies already conceived that address the rights of children with special needs, the legal path taken to materialize the rights of these children, the consolidation of these rights through multifunctional resource rooms and the use of technologies as a pedagogical practice, having helped in the construction and dissemination of knowledge on the subject, they begin to visit the use of these technologies in the teaching-learning process of students with special needs, as well as interviews with professionals in the field seeking to understand how the room is organized, the work routine, support for the parents of the children served and support from public authorities. The Multifunctional Resource Room serves a very diverse target audience, which includes students with unique special educational needs and the Multifunctional Resource Room is designed to meet these needs. With specialized resources and teachers, this environment can help these students develop academically and socially and reach their full potential. According to the interviews, the Multifunctional Resource Room at Escola Municipal Gilberto Tânus Braz has been an effective space for support and development for the children served. The organization of the room, the use of technology, the support of parents and the commitment of the team demonstrate the school's commitment to providing an inclusive and quality education.

Key words: Rights; Multifunctional resource room; Technologies; Inclusive education.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>12</b>
<b>3. DEFINIÇÃO E CONTEXTO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SUAS NECESSIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1. Público-alvo das salas de recursos Multifuncionais.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. Práticas pedagógicas com tecnologias digitais em Salas de Recursos Multifuncionais.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3. A utilização de softwares como Recurso Pedagógico em Salas de Recursos Multifuncionais .....</b>	<b>24</b>
<b>4. O PROFESSOR ATUANTE NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>28</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As pessoas com necessidades especiais são parte da sociedade há gerações, porém com muita luta e perseverança, apenas há pouco tempo foi possível perceber tais pessoas detentoras de direitos como qualquer outro indivíduo. Diante das peculiaridades das pessoas especiais, viu-se a necessidade da criação das salas de recursos multifuncionais, para se pudesse alcançar uma igualdade.

À priori, para se adentrar ao conceito e direito das salas de recursos multifuncionais, é necessário vislumbrar a respeito da igualdade formal e material existente em nosso ordenamento jurídico e realidade brasileira.

A igualdade formal é aquela positivada na lei, estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu Art 5º, a qual estabelece que “todos são iguais perante a lei” e positiva os direitos das pessoas que possuem necessidades peculiares.

Por outro lado, a igualdade material é consolidação e materialização da igualdade na prática, também conhecida como igualdade Aristotélica. Nesse sentido, Aristóteles, renomado filósofo grego, elaborou um conceito de igualdade, o qual é encontrado em *Ética a Nicômaco* (2013, p. 99, 100), onde o autor descreve:

Se as pessoas não são iguais, não receberão coisas iguais; mas isso é origem de disputa e queixas (como quando iguais recebem partes desiguais, ou quando desiguais recebem partes desiguais). Ademais, isso se torna evidente pelo fato de que as distribuições devem ser feitas “de acordo com o mérito de cada um”, pois todos concordam que o que é justo com relação à distribuição, também o deve ser com o mérito em um certo sentido.

Dessa maneira, uma sociedade inteiramente diversa, só conseguirá atingir um patamar justo, caso trate cada desigual com a desigualdade que lhe cabe, a fim de alcançar um mundo igualitário, o que é justamente as ideias das salas de recurso. De nada adiantaria inserir as crianças com necessidades especiais em salas de aula tradicionais, em que suas necessidades seriam sequer percebidas ou relevadas.

Nessa senda, o presente trabalho busca compreender se a igualdade aristotélica de fato ocorre ou se ainda é um sonho utópico, através das normas positivadas e em cumprimento no nosso direito.

Além disso, o uso da tecnologia nas escolas, principalmente em salas de aula é uma necessidade real da sociedade e uma forma de os indivíduos se integrarem ao mundo moderno, pois a tecnologia está presente em diversas facetas da sociedade.

As práticas pedagógicas e metodologias educacionais que utilizam essas

ferramentas são de extrema relevância em todas as escalas educacionais, pois o acesso a variadas tecnologias da informação e comunicação na sociedade atual vem aumentando e impactando praticamente todas as esferas de atuação humana, o que inclui a escola.

Segundo Zandvliet (2012),

A crescente inserção das TIC nos sistemas educacionais se deve a inevitáveis pressões de naturezas tecnológicas, sociais, políticas e econômicas, manifestando-se pelo aumento na quantidade de aparatos tecnológicos adquiridos para as escolas e pela diversidade de possibilidades de seus usos para fins didáticos, que têm sido objetos de debates e pesquisas (ZANDVLIET 2012).

De acordo com Souza e Linhares (2011),

Políticas públicas no Brasil têm estimulado a elaboração de programas e projetos, além da estruturação de laboratórios de informática e das salas de recursos multifuncionais, abrangendo as necessidades surgidas (SOUZA E LINHARES 2011).

Portanto, a proposta de integrar a tecnologia em sala de aula visa compreender os processos gerados em um ambiente que utiliza uma variedade de ferramentas tecnológicas disponíveis para atender efetivamente às demandas do currículo.

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo investigar como são utilizadas as tecnologias como recurso de apoio ao ensino no atendimento especializado realizado nas Salas de Recursos e como essas tecnologias têm auxiliado alunos e professores no processo de ensino aprendizagem. Foram realizados estudos em obras já concebidas que abordam a utilização dessas tecnologias como prática pedagógica e auxiliaram na construção e difusão de conhecimentos sobre a temática, com o intuito de conhecer a utilização dessas tecnologias no processo de ensino aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, assim como entrevistas com profissionais da área buscando compreender como ocorre a organização da sala, a rotina de trabalho, o uso da tecnologia e o apoio dos pais das crianças atendidas.

Os objetivos específicos são:

- Compreender a respeito da igualdade formal e material.
- Reflexionar sobre a efetividade das normas positivadas no

ordenamento jurídico a respeito do tema.

- Refletir sobre o uso da tecnologia na sala multifuncional.
- Identificar práticas pedagógicas com tecnologias digitais em salas de recurso multifuncional.
- Compreender o papel da formação do professor na construção de práticas pedagógicas em salas de recurso multifuncional.

Através deste trabalho, será adotada tanto a abordagem qualitativa quanto quantitativa de pesquisa, sendo que serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho leituras bibliográficas buscando embasamentos práticos e teóricos, para que ordene um liame entre a teoria e prática, além de levantamento de dados de escolas que possuem tais salas de recurso multifuncional, para compreender em cima de dados reais, e por fim, elaboração de soluções alternativas de inserção de novas práticas pedagógicas nos espaços citados, com programas e avaliações que deverão ser planejadas de acordo com cada realidade.

No capítulo 1 foi apresentado o conceito de educação inclusiva, objetivos e propostas do Plano Nacional de Educação Especial.

No capítulo 2 discutimos sobre o contexto das salas de recursos multifuncionais e suas necessidades no espaço escolar, público-alvo, práticas pedagógicas com o uso de tecnologias digitais e o uso de softwares como recurso pedagógico em sala de recursos multifuncionais.

No capítulo 3 foi realizada uma análise do papel do professor atuante na sala de recursos multifuncionais, sua formação e entrevistas com duas profissionais da área.

## 2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de Educação Inclusiva surgiu em 1994, com o aparecimento da Declaração de Salamanca. A ideia presente nesta declaração é que as crianças com Necessidades Educativas Especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. “O objetivo da inclusão é demonstrar uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada, discriminada das outras por apresentar alguma deficiência”. (FILHO; MOURA, 2005).

Pelo lado pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, porém ocorre uma dificuldade enorme de integrar crianças com necessidades especiais junto com aquelas que estão matriculadas em classes regulares.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 1997, p. 164)

O caminho de implementação desta nova postura educacional, é pontuado por diversos aspectos que necessitam serem repensados e reformulados, incluindo o desenvolvimento de novos projetos pedagógicos, novas metodologias, adequações curriculares e principalmente uma readequação das práticas docentes, tanto em atitudes, quanto em métodos avaliativos. Trata-se de remodelar todo um sistema e seus componentes.

Essa remodelagem do sistema se torna muito importante, tendo em vista que o processo busca uma pedagogia que se amplie frente às diferenças do alunado. “É um novo paradigma que desponta em defesa da ideia de viver a igualdade na diferença, integrar na diversidade” Beyer (2006, p.73).

Neste cenário, a Educação Inclusiva ocorre como um processo de reestruturação cultural, alicerçado sobre novas práticas didáticas e educacionais, que minimizem qualquer aspecto excludente e se posicione de maneira a priorizar a integração dos portadores de necessidades especiais entre os alunos regulares, garantindo-lhes ensino de qualidade e a possibilidade de desenvolverem suas habilidades funcionais, melhorando sua qualidade de vida.

Diante dessa realidade, é imprescindível que novas políticas educacionais sejam pensadas e estudadas, para que tenham eficácia e viabilidade para serem postas em prática.

Um dos desafios atuais consiste da dificuldade em ajustar o sistema educacional aos novos parâmetros de legislações que atendem ao público portador de Necessidades Especiais. As instituições estão lidando com uma vasta série de mudanças e adaptações, que vão da estrutura física dos espaços, até as mudanças mais complexas, que são as mudanças atitudinais rotineiras dos atores do ambiente escolar. O público é dotado de diversas particularidades, e nem sempre os profissionais estão preparados para lidar com tais peculiaridades, principalmente dentro de um contexto integrador que ainda está em desenvolvimento e aprendendo a lidar com as diversidades de uma forma inclusiva.

Neste processo, toda a complexidade do ser humano vem à tona, em diferentes nuances emocionais, capacidades cognitivas e percepções diferenciadas, limitações, aptidões, etc. Neste universo, é essencial a atenção do corpo docente a cada um destes fatores, pois é a partir das experiências que o processo irá se aprimorar e ganhar força para alcançar melhores resultados.

Atualmente, a Educação Inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios e obstáculos a serem superados, mas ocorreram avanços nas últimas décadas. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que incorporou a inclusão como princípio da educação brasileira, as políticas educacionais estão engajadas para promover a inclusão de alunos com deficiência, nas escolas regulares.

Entre as principais iniciativas em adesão no país estão à formação de professores para o atendimento educacional especializado, a disponibilização de recursos de tecnologia assistida e a implementação de salas de recursos multifuncionais. No entanto, ainda há muitas escolas e professores que não estão preparados para receber alunos com deficiência, além da falta de recursos e de políticas públicas efetivas em algumas regiões.

De acordo com os objetivos propostos pela PNEE, 2008 como:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a

educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008).

O sistema de ensino regular deverá se reestruturar para alinhar-se aos novos parâmetros inclusivos. Diante deste quadro de ajustamento a uma nova realidade, inovações metodológicas e atitudinais são o foco dos debates entre os profissionais do ramo, pois é o empenho destes que irá determinar o sucesso das pretendidas interações, socializações e inclusões. O objetivo geral da proposta, é conduzir os portadores de Necessidades Especiais pelo caminho educacional comum aos demais alunos da rede pública e regular de ensino, transformando suas vidas por meio da educação, que deve ser ofertada a eles de forma solidária, acolhedora e respeitosa em suas individualidades e particularidades.

Neste sentido, Goffredo, 1999, ressalta,

Que é a escola a principal instituição responsável por tal processo e deve considerar como sendo um desafio seu, o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. Não há dúvida de que a qualidade do ensino, a renovação pedagógica, a reformulação de políticas, metas e programas são procedimentos eficientes e estimuladores ao processo (GOFFREDO, 1999).

A Declaração de Salamanca (1994, p. 17-18) afirma que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

Assim, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) N° 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, ressalta que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL. 1996).

Para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados conforme cita o art. 59, inciso III da LDB: “Os professores

deverão ter uma especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

Martins (1996, p. 32) considera que outras medidas também são importantes ao processo inclusivo:

A redução do número de alunos por turma, a estruturação de um serviço sistemático de apoio especializado ao docente regular, um trabalho de orientação e de acompanhamento permanente com os pais e uma campanha de educação comunitária intensa voltada para a conscientização acerca da problemática da inclusão. Merece-se ser verificada também, a questão do planejamento da ação educativa do professor. Esse último deve participar de todas as ações, opinando e discutindo o planejamento em todas as suas fases de elaboração, execução e avaliação; deve, portanto, ser parte integrante e ativa da equipe escolar (MARTINS 1996, p. 32).

Para Goffredo (1999),

O professor precisa ter a oportunidade de socializar o seu saber específico junto aos outros profissionais da equipe, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola e envolvendo-se com essa equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos (GOFFREDO, 1999).

A nova realidade do ambiente escolar, pautada na observância da Educação Inclusiva, colide com antigos conceitos, idealizados como permanentes e sistematicamente aplicados por décadas seguidas.

A declaração de Salamanca equipara os direitos de todas as pessoas a uma educação de qualidade, onde a escola inclusiva permite que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades e acesso à educação e as características individuais são marcadas pela igualdade entre as pessoas.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 5 - 6).

Para que a inclusão seja realmente implementada no ambiente escolar, é preciso construir dia após dia, um cenário que viabilize a interação, a participação, o



acolhimento e a aceitação das diferenças, como um fator social comum, não abrigando nenhum elemento que justifique a exclusão dos alunos em situação inclusiva. Os profissionais da educação precisam de formação especializada, além das adaptações posturais e atitudinais para que possam conduzir uma inovação pedagógica, com práticas mais humanizadas e atentas aos fatores bio-psicossociais dos educandos; rompendo as barreiras dos preconceitos e estigmas negativos, promovendo a interatividade, num ambiente que valorize a vida e as capacidades natas de cada indivíduo.

Diante de todo esse processo inclusivo, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP criou o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais em 2010, com intuito de promover um atendimento educacional especializado para os alunos portadores de necessidades especiais matriculados na rede pública de ensino.

### **3. DEFINIÇÃO E CONTEXTO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SUAS NECESSIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR**

A sala de recurso multifuncional é um espaço na escola destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É um ambiente que oferece suporte para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que complementam e enriquecem o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, respeitando suas necessidades individuais e promovendo sua inclusão na escola.

No ano de 2009, o Brasil assumiu um compromisso internacional com a inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais. Assim, foram criadas e implementadas as Salas de Recurso Multifuncional que através do Atendimento Educacional Especializado trabalha de maneira a potencializar o ensino dos alunos com deficiência ou com altas habilidades promovendo condições de acesso, aprendizagem e participação no ensino regular.

De acordo com o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, 2010,

A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os alunos e a efetivação desse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. Assim, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que possibilite garantir uma educação de qualidade. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO: PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2010).

As Salas de recursos Multifuncionais são um direito garantido por lei aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) são normas que garantem o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas.

Elas vieram para oferecer um suporte à sala de aula comum, com intuito de trabalhar metodologias voltadas para o real desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. São espaços fundamentais nas entidades educativas, uma vez que promovem o atendimento educacional especializado a

alunos com necessidades especiais. Essas salas são equipadas com recursos e materiais específicos que auxiliam no desenvolvimento das habilidades desses educandos proporcionando um ambiente mais adequado para a sua aprendizagem.

São consideradas ambientes que possibilitam por meio de equipamentos como computadores, impressoras em braile, lupa eletrônica e softwares educacionais específicos, que os alunos tenham acesso a uma gama de recursos que irão contribuir para a sua inclusão educacional e social. Além disso, os profissionais que atuam nessas salas são capacitados para trabalhar de forma interdisciplinar, a fim de proporcionar um atendimento completo e personalizado aos estudantes.

Alves et al. (2006) ressalta que essas salas, são espaços onde se desenvolvem um atendimento diferenciado, o chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE), favorável para o desenvolvimento das capacidades dos alunos da educação especial, que favorece a efetivação do processo de escolarização dos mesmos, assim:

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos (ALVES, et. al., 2006, p. 13).

O Decreto 7611/2011 dispõe somente sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Em seu Art. 2º e 3º é afirmado que:

Art. 2º. A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

Art. 3º. São objetivos do atendimento educacional especializado: I prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

É importante destacar que as Salas de recursos Multifuncionais promovem a inclusão e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Ao oferecer recursos e materiais adequados, as salas de recursos ajudam a combater o preconceito e a

discriminação que muitas vezes são direcionados a alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento. Além disso, ajudam a conscientizar toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e da diversidade.

Contribuem para o desenvolvimento de habilidades específicas e importantes para a vida dos alunos. Por meio do uso de tecnologias assistivas, materiais específicos e atividades pedagógicas diferenciadas, os estudantes podem desenvolver habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais que serão úteis em seu cotidiano. Dessa forma, as Salas de Recursos Multifuncionais não apenas ajudam a incluir esses alunos no ambiente escolar, mas também a prepará-los para uma vida plena e autônoma.

No que diz respeito a estrutura e organização do espaço, o mesmo Decreto, em seu artigo 5º, § 3º traz uma definição específica a respeito da estrutura e organização do espaço: “as Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. Esse tipo de atendimento reúne os afazeres pedagógicos organizados para dar suporte a educandos com indicativos de pertencerem ao público da educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 15).

Sua oferta é sistematizada para ser oferecido no contra turno escolar, devendo ser realizado em Salas de Recursos Multifuncionais na escola regular ou em instituições especializadas, sendo sinalizado pelo Artigo 5º da Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 que aconteça preferencialmente na escola regular frequentada pelo aluno:

O AEE é realizado prioritariamente, na sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas

sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 2).

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), é um documento que estabeleceu 20 metas a serem alcançadas na educação do Brasil. A educação especial é tratada na Meta 4 do Plano:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014).

O mesmo documento (PNE, 2014-2024), prevê nas estratégias 4.3 e 4.4, a implantação de sala de recursos multifuncionais, formação dos professores e garantia aos alunos do direito ao atendimento educacional especializado:

Estratégia 4.3 - implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

Estratégia 4.4 - garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno (PNE, 2014-2024).

Assim, diante dessas estratégias lançadas pelo Plano Nacional da Educação cria-se expectativas que visam possibilitar uma educação de qualidade para os educandos com necessidades especiais.

Portanto, através desses argumentos, fica evidente a importância das Salas de Recursos Multifuncionais no espaço escolar. Esses espaços são fundamentais para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades a alunos com necessidades educacionais especiais, além de ser uma ferramenta indispensável na construção de uma escola inclusiva, que valoriza a diversidade e respeita a diferença de seus alunos.

Com o apoio e acompanhamento do professor especializado na sala de recursos multifuncionais, os alunos com necessidades educacionais especiais

podem ter um melhor desempenho escolar e desenvolver suas habilidades e competências de forma plena e integrada. E, depois de muita luta pela existência de uma escola igualitária e educação especial tornou-se uma modalidade de ensino que decorre todos os níveis, etapas e modalidades.

As atividades desenvolvidas na Sala de recursos Multifuncionais diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não tendo como objetivo sua substituição à escolarização, e sim como um complemento a formação dos alunos visando a autonomia e independência em sua vida. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de habilidades importantes para a vida desses estudantes e para a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e da diversidade. Portanto, é essencial que as escolas garantam o acesso a esses recursos e materiais para seus alunos, a fim de oferecer uma educação de qualidade.

### 3.1. Público-alvo das salas de recursos Multifuncionais

A sala de recursos multifuncionais é um espaço fundamental para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. O público-alvo das salas de recursos multifuncionais é bastante diversificado e inclui alunos com diferentes necessidades educacionais especiais.

Os alunos com deficiência são um dos principais grupos atendidos pela sala de recursos multifuncionais. Esses alunos podem ter deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, e precisam de apoio para acessar o currículo e participar das atividades escolares.

Entre o público atendido na sala de recursos multifuncionais estão os alunos com transtornos do espectro autista. Estes podem ter dificuldades em áreas como comunicação, interação social e comportamento. Esse ambiente especializado pode fornecer recursos como materiais visuais, estratégias de comunicação alternativa e atividades de socialização para apoiar esses alunos. Além disso, os professores estão aptos e podem ajudar a criar um ambiente acolhedor e previsível que seja mais confortável para os alunos com esse tipo de transtorno.

Alunos com altas habilidades/superdotação também são beneficiados com este espaço. Esses alunos têm habilidades intelectuais acima da média e podem

precisar de desafios adicionais para se manterem motivados e engajados na escola. A sala de recursos multifuncionais pode fornecer atividades e projetos avançados para esses alunos, bem como oportunidades de enriquecimento curricular. Os professores podem ajudar a identificar os interesses e talentos dos alunos com altas habilidades para que possam ser integrados ao currículo.

Diante do contexto, a Sala de Recursos Multifuncionais atende a um público-alvo bastante diverso, que inclui alunos com necessidades educacionais especiais únicas e a sala de recursos multifuncionais é projetada para atender a essas necessidades. Com recursos e professores especializados, esse ambiente pode ajudar esses alunos a se desenvolverem academicamente e socialmente e alcançarem todo o seu potencial.

### 3.2. Práticas pedagógicas com tecnologias digitais em Salas de Recursos Multifuncionais

O uso da tecnologia existe no cotidiano de discentes e educandos, aumentando a utilização de recursos pedagógicos nas escolas, buscando assim promover o processo de ensino e aprendizagem de forma satisfatória. O avanço da tecnologia possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas por professores em sala de aula, buscando dinamizar o processo educacional e incluindo como uma prática pedagógica facilitando a interação dos educandos com diversas ferramentas que irão ampliar suas habilidades educacionais.

Vieira Pinto (2005) nos traz a seguinte visão sobre tecnologia:

A palavra 'tecnologia' é usada a todo momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes. Sua importância na compreensão dos problemas da realidade atual agiganta-se, em razão justamente do largo e indiscriminado emprego, que a torna ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 219).

As TICs conhecidas como tecnologia da informação e comunicação já estão presentes há algum tempo no cotidiano escolar e de acordo com o Ministério da Educação – MEC “nas últimas três décadas, o Ministério da Educação – MEC – tem investido maciçamente em projetos e ações que tentam informatizar as escolas públicas brasileiras, bem como distribuir artefatos tecnológicos aos alunos e professores”. (REIS, 2016, p. 23).

As novas tecnologias se inserem nas escolas através de vários canais de entrada. De acordo com Reis, 2016:

As tecnologias digitais têm chegado à escola por diferentes vias: programas de inclusão digital, promovidos por órgãos governamentais; fundações ligadas ao terceiro setor; indústrias de tecnologia da comunicação; estudantes mergulhados em uma sociedade digital que acabam levando seu artefato tecnológico para a sala de aula; professores que tentam inovar na mediação pedagógica. (REIS, 2016, p. 25)

Não só nas Salas de Recursos Multifuncionais, mas como em todo espaço escolar, as tecnologias digitais vêm ganhando cada vez mais espaço na educação. Nas Salas de Recursos essas tecnologias são utilizadas como recursos pedagógicos para auxiliar na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Essas práticas pedagógicas com tecnologias digitais podem ser eficazes, contribuindo para a inclusão escolar e para o desenvolvimento das habilidades desses estudantes.

As tecnologias digitais são recursos pedagógicos que podem auxiliar no desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Softwares educacionais, jogos interativos, aplicativos e recursos de acessibilidade, como programas de leitura de tela, por exemplo, são algumas das tecnologias digitais que podem ser utilizadas para tornar o processo de aprendizagem mais atraente e eficiente. Com isso, é possível trabalhar com diferentes estilos de aprendizagem, adaptando as atividades de acordo com as necessidades de cada aluno.

As práticas pedagógicas aliadas com as tecnologias digitais também podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Por meio de recursos como a lupa eletrônica, o teclado virtual, o mouse adaptado e a impressora em braile, por exemplo, os alunos podem ter mais facilidade em realizar suas atividades, tornando-se mais independentes em sua aprendizagem. “Além disso, as tecnologias digitais também podem auxiliar na comunicação desses alunos, por meio de softwares de comunicação alternativa e aumentativa, que ajudam a ampliar as possibilidades de comunicação e interação” (REGINA; BORTOLINE, 2012).

As limitações do indivíduo com deficiência tendem a se tornar uma barreira para o aprendizado. O desenvolvimento de recursos e práticas pedagógicas acessíveis seria uma forma concreta para dissipar as barreiras causadas pela



deficiência e de colocar esse indivíduo em ambientes de aprendizagem proporcionados pela cultura.

Outra dificuldade que as limitações de interação trazem são os preconceitos aos quais o indivíduo com deficiência está sujeito. “Desenvolver recursos e práticas pedagógicas de acessibilidade também pode significar combater esses vieses, porque no momento em que você recebe as condições para interagir e aprender, tornando explícito seu pensamento, podendo esse indivíduo então, dar passos maiores em direção à eliminação da cultura da discriminação, como consequência do respeito obtido pela convivência, aumentando assim a sua autoestima, pois ele pode explicar melhor suas potencialidades e pensamentos” (REGINA; BORTOLINE, 2012).

Assim, é importante ressaltar que as práticas pedagógicas com tecnologias digitais devem ser planejadas e desenvolvidas com base em uma perspectiva inclusiva, que valorize as diferenças e promova a igualdade de oportunidades. Para isso, é necessário que os profissionais que atuam nessas salas estejam bem formados para utilizar esses recursos pedagógicos de forma adequada e eficiente. Além disso, é fundamental que haja uma política de inclusão e acessibilidade que garanta a disponibilidade desses recursos em todas as escolas, proporcionando condições adequadas de aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Portanto, a prática pedagógica associada às tecnologias de informação e à tecnologia assistiva, deve proporcionar a todas as pessoas com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do ambiente, habilidades de aprendizagem, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

### 3.3. A utilização de softwares como Recurso Pedagógico em Salas de Recursos Multifuncionais

Avanços tecnológicos e desenvolvimentos em engenharia de software facilitaram muito os serviços educacionais profissionais e salas com Recursos Multifuncionais, tanto que entre os equipamentos dessas salas encontra-se computadores, mesa e notebook. Esses equipamentos são considerados como um

excelente recurso pedagógico para a aprendizagem de alunos que apresentam alguma necessidade especial.

A utilização de softwares educacionais como recurso pedagógico em Salas de Recurso Multifuncional tem se mostrado uma prática eficaz para auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Esses softwares oferecem uma grande variedade de atividades que permitem ao aluno trabalhar diferentes habilidades, além de possibilitar uma adaptação do conteúdo de acordo com as necessidades de cada estudante.

Atualmente, há diversos equipamentos e *softwares* que são utilizados em Salas de recurso multifuncional para trabalhar de forma diferenciada com esses educandos.

Delville et al. (1999), afirma que “o uso das tecnologias no campo das deficiências se realiza em diversos setores de aplicação: auxílio à comunicação, auxílio à vida cotidiana, aprendizado e desenvolvimento cognitivo”.

Schmitz (2002) ressalta que:

A informática é um poderoso meio auxiliar de informação e aprendizagem, precisa ser posta à disposição de professores/as e alunos/as para reforçar sua atuação e aprendizagem. Ela pode fornecer informações preciosas que poderão ampliar e aprofundar os conhecimentos alcançados de outras fontes. (SCHMITZ, 2002, p. 46).

A utilização de softwares educacionais como prática pedagógica nas salas de Recursos Multifuncional é uma prática inclusiva, que permite a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, participar das atividades escolares. Softwares de leitura de tela, por exemplo, auxiliam alunos com deficiência visual a acompanhar o conteúdo de aulas e atividades, enquanto softwares de comunicação alternativa e aumentativa permitem que alunos com dificuldades de comunicação se expressem de maneira mais eficaz. Assim, a utilização desses recursos pedagógicos é fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação.

Hoje existe uma grande variedade de software educativo para atender as especificidades desses educandos com necessidades especiais, mas é necessário um planejamento por parte dos professores para que os objetivos sejam alcançados.

De acordo com Silva, (2006),

É necessário que as escolhas convirjam com os objetivos a serem alcançados na aprendizagem, e diferenciem os que objetivam testar conhecimentos dos que procuram levar o aluno a interagir com o programa, de maneira a construir o conhecimento (SILVA, 2006).

O professor ao propor o uso das TICs, precisa planejar o conteúdo e os programas educacionais que serão trabalhados.

Para Garcia 2007,

É indispensável que o atendimento às especificidades desses alunos esteja vinculado diretamente à referência curricular da série onde estão matriculados, para não correr o risco de elaborar propostas de aprendizagem com base na vertente médico-pedagógica (ideia de correção, ajustamento e adaptação) (GARCIA 2007).

De acordo com o CNEC ONLINE, existem vários softwares educacionais para os mais diversos fins. Podemos citar alguns como:

3D Angles - O software consegue transformar o estudo de uma matéria nada agradável em um jogo. Ele se divide em blocos de 10 perguntas consecutivas, cada uma exibe uma molécula tridimensional animada e coloca uma questão sobre cada.

Beads - O Beads é um programa que pode ser utilizado no ensino de Matemática. É indicado para as séries iniciais do ensino fundamental.

Bitstrips - Software para a criação de histórias em quadrinhos e desenhos.

Braille Fácil 3.0 - O programa Braille Fácil permite que a criação de uma impressão Braille seja uma tarefa muito rápida e fácil, que possa ser realizada com um mínimo de conhecimento da codificação Braille.

Cob Paint - Programa de desenho, muito simples, para ser utilizado na Educação Especial com crianças que não conseguem utilizar o Paint ou outros softwares de desenho.(CNEC ONLINE).

Os softwares educacionais também contribuem para o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Jogos educacionais, por exemplo, podem auxiliar no desenvolvimento da atenção, memória, concentração e raciocínio lógico, além de estimular a criatividade e a imaginação. Além disso, os softwares educacionais também oferecem a possibilidade de adaptação de atividades de acordo com as necessidades de cada aluno, e ao se utilizar esses recursos, os alunos podem trabalhar em suas próprias atividades e ritmos, sem a necessidade de uma intervenção constante do professor. Além disso, os softwares educacionais oferecem a possibilidade de feedback imediato, o que permite ao aluno verificar sua evolução permitindo um aprendizado mais eficaz e individualizado.

Nesse contexto, observa-se que a utilização de softwares como recurso pedagógico em SRM é fundamental para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Esses recursos podem ser bastante eficazes para tornar a aprendizagem mais atrativa, dinâmica e inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Por isso, é fundamental investir na capacitação dos profissionais e na disponibilidade desses recursos em todas as escolas.

#### **4. O PROFESSOR ATUANTE NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ENTREVISTAS**

A Sala de Recurso Multifuncional é um espaço fundamental na escola para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. É nesse ambiente que o professor atuante precisa desenvolver habilidades e competências específicas para promover uma aprendizagem mais inclusiva e adaptada às necessidades de cada estudante. Nesse sentido, a formação do professor é essencial para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, 2010, consta na Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, que para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter:

Formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial (MANUAL DE ORIENTAÇÃO: PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2010).

As atribuições do professor de AEE contemplam:

Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.(MANUAL DE ORIENTAÇÃO: PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2010).

Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada (MEC, 2018).

O professor atuante na Sala de Recursos Multifuncionais precisa ter conhecimentos sobre as diferentes deficiências e necessidades educacionais especiais dos alunos e, além disso, precisa estar preparado para lidar com as particularidades de cada caso, entendendo as limitações e as potencialidades de cada estudante. Essa formação deve incluir aspectos psicológicos, pedagógicos e metodológicos que permitam ao professor atuante desenvolver um olhar mais sensível e inclusivo.

É fundamental que se tenha conhecimentos sobre recursos tecnológicos e pedagógicos específicos e que, além disso, saiba utilizar os recursos disponíveis nos como softwares educacionais, jogos interativos, aplicativos e outros recursos tecnológicos. O professor precisa ter uma formação sólida em metodologias de ensino adaptadas às necessidades educacionais especiais, como o método de comunicação alternativa e aumentativa.

Assim, diante da formação e atuação direta do professor nas Salas de Recursos Multifuncionais, foram realizadas entrevistas com duas profissionais que trabalham na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Gilberto Tânus Braz, na cidade de Muriaé, Minas Gerais. As entrevistas têm como objetivo obter informações sobre a organização da sala, a rotina de trabalho e o uso das tecnologias da informação e comunicação nesses ambientes.

Observa-se através das entrevistas que as Salas de Recursos Multifuncionais visitadas atendem 26 crianças. Os estudantes são organizados por nível de aprendizagem, independente do ano escolar que estão inseridos, em grupos de no máximo 4 alunos. O atendimento tem a durabilidade de 50 minutos, duas vezes na semana.

Esses ambientes observados contam com uma variedade de recursos como jogos didáticos, tablets, computadores e tecnologias que visam atender às necessidades individuais dos estudantes, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante.

De acordo com as professoras entrevistadas essas tecnologias permitem a adaptação curricular, oferecendo recursos que auxiliam na acessibilidade e inclusão de todos os alunos. Essas profissionais utilizam softwares e aplicativos que permitem a adaptação de materiais didáticos, como textos, imagens e vídeos, para atender às necessidades específicas de cada aluno e deixam bem claro que através

dessas tecnologias, é possível criar atividades interativas e adaptáveis, garantindo que todos os alunos possam participar plenamente das aulas.

Com o relato dessas profissionais é possível compreender que os usos das ferramentas de comunicação, como sistemas de comunicação alternativos e aumentativos, permitem que os alunos com necessidades especiais tenham a oportunidades de aprendizado personalizado, atendendo às diferentes habilidades e necessidades desses alunos.

Diante deste contexto, foi possível observar que as tecnologias desempenham um papel fundamental no aprimoramento da prática educacional fornecendo suporte adicional ao professor, permitindo a busca de recursos educacionais diversos, incluindo materiais adaptados, atividades diferenciadas e estratégias de ensino inovadoras. Com acesso a um vasto conjunto de recursos tecnológicos, os professores podem explorar diferentes abordagens pedagógicas e adaptá-las de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, as tecnologias ampliam as possibilidades de colaboração entre professores, permitindo o compartilhamento de experiências, materiais e práticas bem-sucedidas.

Portanto, essas entrevistas foram de grande valor e conhecimento, pois com ela vimos como é a organização dos atendimentos e principalmente como funciona o uso das tecnologias nas Salas de Recursos Multifuncionais e como elas desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

As TICs são ferramentas poderosas para essas professoras, capacitando-as a atender às necessidades individuais dos alunos e propiciando um ambiente de aprendizado estimulante através da acessibilidade, adaptação curricular, comunicação efetiva e personalização do aprendizado, possibilitando uma educação mais inclusiva, equitativa e participativa.

## 5. CONCLUSÃO

Ao se refletir sobre toda a trajetória percorrida pelas pessoas com necessidades especiais e pelos avanços jurídicos alcançados, é possível perceber uma evolução nas normas e conquistas admiráveis. Entretanto, ainda há muito o que se pensar a respeito da acessibilidade para o cumprimento de tais normativas do ordenamento jurídico e assim a efetividade das normas.

Sabemos que as normas são numerosas, mas ainda deficitárias quando se trata de seu efetivo cumprimento. Isso é possível perceber, quando, por exemplo, em uma cidade como Muriaé/MG, que conta com 51 escolas públicas municipais, nem metade delas possuem as salas de recurso multifuncional instaurada e em uso.

É notório que as salas de recursos multifuncionais têm como objetivo oferecer um ambiente inclusivo, em que alunos com necessidades educacionais especiais possam desenvolver suas habilidades e potencialidades, como uma maneira evidente de efetivação da lei positivada em nosso direito. A utilização de tecnologias tem se mostrado uma ferramenta importante nesse processo, tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a inclusão social desses alunos. Nesse sentido, a sala de recursos multifuncionais pode ser vista como um laboratório lúdico/pedagógico, que contribui para a formação e capacitação docente e para a aplicação desses conhecimentos na vida profissional.

Essas tecnologias podem ser utilizadas de diversas formas dependendo das necessidades dos alunos e dos objetivos pedagógicos dos professores. Alguns exemplos de tecnologias que podem ser utilizadas são: Softwares educativos: programas específicos que auxiliam os alunos no aprendizado de conteúdos diversos, como matemática, língua portuguesa, ciências, entre outros. Esses softwares podem ser adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência, como os que têm dificuldade de leitura ou de locomoção. Os professores das salas de recursos podem ajudar os alunos a utilizar esses programas e adaptá-los de acordo com suas necessidades. Jogos educativos: os jogos são uma forma lúdica de aprendizado, que pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades cognitivas, como raciocínio lógico, memória entre outras coisas. Softwares de comunicação alternativa: os softwares de comunicação alternativa são programas que permitem que os alunos com deficiência de fala ou com dificuldades de comunicação possam se expressar de maneira mais clara e eficaz. Esses



programas podem utilizar imagens, símbolos e palavras para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

As entrevistas revelaram que a Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal Gilberto Tânus Braz, tem sido um espaço efetivo de apoio e desenvolvimento para as crianças atendidas. A organização da sala, a utilização da tecnologia, o apoio dos pais e o comprometimento da equipe demonstram o empenho da escola em proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade. Esses resultados reforçam a importância da Sala de Recurso Multifuncional como uma estratégia eficaz para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizam a conversão de investimentos e capacitação profissional nessa área.

Portanto foi possível concluir que os usos de tecnologias disponíveis e recursos pedagógicos diferenciados como jogos entre outros, trazem diversos benefícios, tanto para os alunos quanto para os professores. Entre os principais benefícios, podemos destacar:

**Acessibilidade:** as tecnologias permitem a adaptação de materiais e recursos para atender às necessidades dos alunos com deficiência, permitindo que eles possam acessar o currículo de maneira mais igualitária.

**Motivação:** as tecnologias podem tornar o processo de aprendizagem mais lúdico e interativo, o que ajuda a manter os alunos mais motivados e engajados.

**Autonomia:** o uso de tecnologias pode ajudar os alunos a se tornarem mais independentes e desenvolverem habilidades que serão úteis em sua vida adulta, como o uso de softwares de comunicação.

**Inclusão social:** as tecnologias também são importantes para promover a inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais, permitindo que eles participem de atividades com seus colegas sem as barreiras que as deficiências podem impor.

Neste contexto, conclui-se que é necessária a utilização desses recursos tecnológicos no planejamento das aulas, com o objetivo de proporcionar aos alunos novas formas de criar conhecimento e remover as barreiras que impedem o aprendizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. O. et.al. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BEYER, O. H. **Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas**. In: **BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL, **Decreto 7611/2011**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=dezembro%20de%202005.,Art.,e%20altas%20habilidades%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=dezembro%20de%202005.,Art.,e%20altas%20habilidades%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o). Acesso em 30 de out. 2022.

BRASIL, **Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial**, 2008, p. 15. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em: 23 mar. 2022

BRASIL, Lei 9.394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em 12 de nov. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica modalidade educação especial. Brasília: CNE/CEB, 2009, p. 2. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). 23 mar. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CNECONLINE, **Softwares educacionais**. Disponível em: <https://www.cneconline.com.br/apoio-pedagogico/links/software-educacionais/> Acesso em: 05 jan. 2023.

DELVILLE, J. et al. **Promoção da saúde na educação especializada**. In: **LEPOT-FROMENT, C. (Org.). Educação Especializada: pesquisa e indicações para a ação**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 193-209.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. IV - Objetivo da Política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

FILHO, José Amadeu; MOURA, Maria Lenúcia. **Educação Especial: Uma análise do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular. 2005.** Disponível em : <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/8c8a58fa97c205ff222de3685497742c.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2023.

GARCIA, R. M. C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In: JESUS, D. M.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). *Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.* Porto Alegre: Mediação, 2007. p.11-20.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação especial: tendências atuais.** Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática.** Goiânia: Alternativa, 2004

MANUAL DE ORIENTAÇÃO: **PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.** 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192). Acesso em: 20 de out. 2022.

MARTINS, L. A. R. **Educação integrada do portador de deficiência mental: alguns pontos para reflexão.** Integração. 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Secretaria de Educação Especial: Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192) . Acesso em 22 dez. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: SEESP,2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Fundamentação filosófica.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2014.

PINTO, Á. V. **O Conceito de Tecnologia**, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **Lei N° 13.005/2014.** Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 15 de out. 2022.

RAPOLI, Edilene Aparecida...[et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - a escola comum Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, 2010.

REGINA, C. M. G; BORTOLINE, R. P. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas\\_e-book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf)

REIS, C. V. dos. **Tecnologia Assistiva na Perspectiva das Professoras de Atendimento Educacional especializado no Sudoeste Goiano.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFG. Goiás, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHMITZ, E. **Recursos Tecnológicos na Formação do Professor.** *Revista Educação UNISINOS*, São Leopoldo, v 6, n. 10, p. 37-73, 2002

SILVA, A. M.; LIMA, C. M. **Práticas docentes no uso do computador no processo educativo: abordagens de ensino e aprendizagem.** In: **ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE - ANPED SUDESTE**, 2011, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/anais/anais.php>. Acesso em: 24 dez. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.